

CT. IPA/NUJ Nº 33/2022

Publicado
DOE nº 219
De 18 / 11 / 2022

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE TRITURADORES DE MOINHO FORRAGEIROS QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO AGRÔNOMO DE PERNAMBUCO, DE OUTRO LADO, A EMPRESA H.L.R DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRÍCOLAS:

O **INSTITUTO AGRÔNOMO DE PERNAMBUCO - IPA**, pessoa jurídica de direito privado, empresa pública vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco, inscrito no CNPJ sob o nº 10.912.293/0001-37, doravante nominada **CONTRATANTE**, com sede na av. General San Martin, 1371, Bongi, Recife-PE, CEP 50.761-000, neste ato representada pelo Sr. **JOSÉ BARTOLOMEU MONTEIRO DE LIMA**, brasileiro, residente e domiciliado no município de Recife/PE, portador do RG nº 6338319 SSP/PE e do CPF nº 051.819.914-25, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo ato do Governador do Estado nº 2.648, publicado em 02 de julho de 2022, e do outro lado a empresa **H.L.R DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRÍCOLAS**, inscrita no CNPJ sob nº 07.534.706/0001-82, com sede na Rua José da Bomba, nº 61 - Afogados - Recife/PE, CEP 50.830-200, doravante nominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **HENRIQUE LUIZ REGIS DE OLIVEIRA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 6.783.962 SDS/PE e inscrito no CPF nº 045.850.364-62, residente e domiciliado(a) em Recife/PE.

Considerando o SEI nº 0050100065.000719/2022-96 e Comunicação Interna nº 07/2022 de 11/03/2022, emanada do Diretor Administrativo Financeiro Welliton Lins, solicitando aderir a ARP advinda do Pregão Eletrônico nº 04/2021;

Considerando a disponibilidade financeira da lavra do Diretor de Administração e Finanças do IPA, o Dr. Welliton Lins, através do despacho nº 3520 (29709391);

Considerando que o IPA é uma estatal dependente do tesouro público do Estado de Pernambuco e a contratação homenageia o Princípio da Economicidade e Eficiência;

Considerando a SC nº 237/2022;

Considerando que o Pregão Eletrônico deve ser adotado preferencialmente nas aquisições das empresas públicas conforme artigo 32, inciso IV a Lei nº 13.303/2016;

Considerando o boletim 3/2019 da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco que permite à adesão a ata de processos oriundos da Lei Geral de Licitações/Pregão;

Considerando que a Lei nº 13.303/2016 e o Regulamento de Licitação e Contratos do IPA encontram similaridades com a Lei Geral de Licitações;

Considerando o resultado do procedimento licitatório nº 59414.000122/2021-10, consistente no Pregão Eletrônico nº 04/2021, Ata de Registro de Preço nº 35/2021, Carona no Departamento Nacional De Obras Contra as Secas - DNOCS;

Considerando ainda a autorização para contratação efetivada pelo Diretor-Presidente do IPA, Sr. Bartolomeu Monteiro;

Celebram o presente **CONTRATO** mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo de devidamente homologado pela autoridade superior;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a aquisição de 400 (quatrocentos) Moinhos Trituradores Forrageiros, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	COD. EFISCO	UNID.	QNTD.	VALOR MÉDIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1.	Moinho triturador, Forrageiro completo, para desintegrar, moer e picar capim, milho, cana, madioca, etc; motor elétrico com potência mínima de 3 cv, mínimo 2 lâminas, alimentação elétrica monofásica 110/220v e 60Hz, com cavalete e base para motor. Mínimo de 5 peneiras, incluindo peneira lisa. Manual em em Português. Assistência técnica autorizada no Estado de Sergiper. Garantia mínima de 12 meses.	555087-4	UN	400	R\$ 2.449,36	R\$ 979.744,00
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS						R\$ 979.744,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, **com início na data de 07/11/2022 e encerramento em 06/11/2023**, podendo ser prorrogado até o limite de 5 (cinco) anos por meio da celebração de Termo Aditivo, mediante justificativa prévia e por escrito nos autos do processo administrativo

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 979.744,00 (novecentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Pernambuco, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 520601;

Fonte: 0101000000;

Programa de Trabalho: 20.544.0030.4074.0649;

Elemento de Despesa: 4.4.90.52;

Número do Empenho 2022NE003544;

Data do Empenho: 07/11/2022

Valor do Empenho: R\$ 979.744,00 (novecentos e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e quatro reais).

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

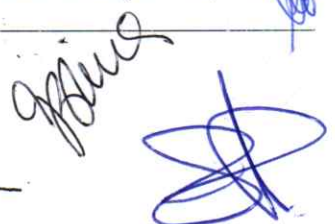
5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao EFISCO ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao EFISCO para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.7. Constatando-se, junto ao EFISCO, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no



mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao EFISCO para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.10. Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à **CONTRATADA** a ampla defesa.

5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao EFISCO.

5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no EFISCO, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

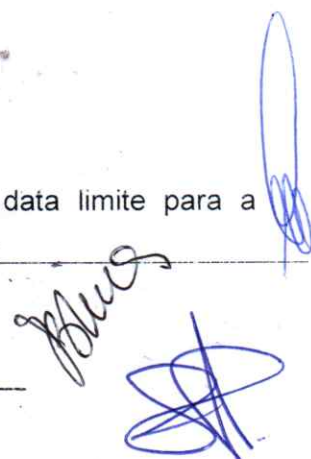
VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $I = [(TX/100)/365] \rightarrow I = [(6/100)/365] \rightarrow I = 0,00016438$;

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



6.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

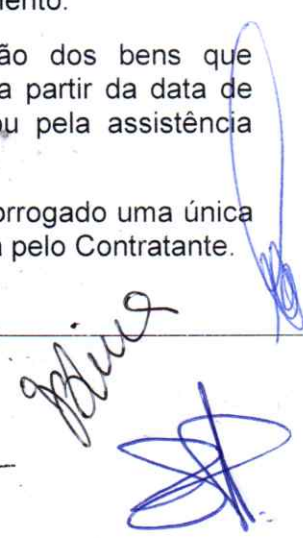
7.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 90 (noventa) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

7.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.



7.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.

7.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O prazo de entrega dos bens é de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pelo fornecedor no seguinte endereço: Av. General San Martin, 1371 · Bongi · Recife/PE · CEP: 50.761-000, com transporte (frete), seguro de transporte, carga e descarga por conta do fornecedor (CIF).

8.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 90 (noventa) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste **CONTRATO** e na proposta.

8.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste **CONTRATO** e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

8.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

CLAUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO/GESTÃO CONTRATUAL

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela **CONTRATANTE**, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A gestão contratual será de competência e responsabilidade do Coordenador do núcleo de Patrimônio Paulo Jorge Alves Lins

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ao Diretor-Presidente do IPA designar o Gestor Contratual Substituto.

PARÁGRAFO QUARTO – Caberá ao Diretor-Presidente do IPA designar o Fiscal Contratual e o Fiscal Contratual Substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente **CONTRATO**, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. São obrigações da CONTRATADA:

10.2.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

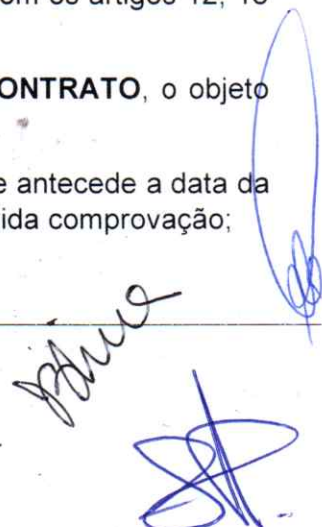
10.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no **CONTRATO**, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

10.2.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada

10.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste **CONTRATO**, o objeto com avarias ou defeitos;

10.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



10.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 13.303/2016, a Contratada que:

11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

11.1.5. Cometer fraude fiscal.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

11.2.2. Multa moratória de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.2.3. Multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

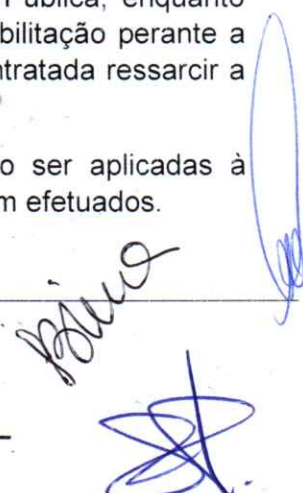
11.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Pernambuco com o consequente descredenciamento no EFISCO pelo prazo de até cinco anos;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste **CONTRATO**.

11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.



11.4. Também ficam sujeitas à suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, as empresas ou profissionais que:

11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Pernambuco, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da Pernambuco e cobrados judicialmente.

11.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do CONTRATADA, a Pernambuco ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no EFISCO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente **CONTRATO** poderá ser rescindido:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas abaixo:



- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
- IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
- VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato;
- XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

[Handwritten signature]

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de inexecução total ou parcial do contrato, enseja a sua rescisão administrativa.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES E PERMISSÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020

13.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

13.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis


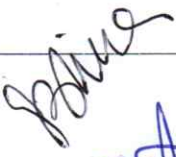
13.3. Não é necessária matriz de risco, pois o objeto é usual de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;



b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e Regulamento de Licitações e Contratos do IPA, contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

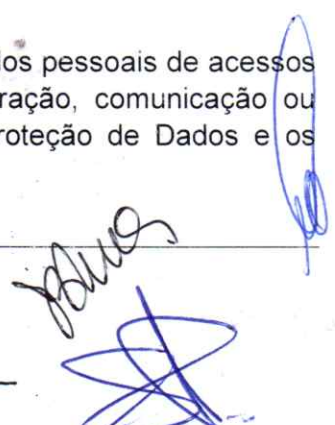
CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DA LGPD

Devem as partes cumprir a Lei nº Cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Ordinária Federal nº 13.709/2018 especialmente:

Cabe a Contratada:

a) Realizar o tratamento dos dados pessoais em estrita conformidade às instruções repassadas pelo Controlador/Contratante;

b) Adotar medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, segundo a Lei Geral de Proteção de Dados e os padrões técnicos mínimos exigidos pelo Controlador/Contratante;



- c) Utilizar recursos de segurança da informação e de tecnologia da informação de qualidade, eficiência e eficácia reconhecidas e em versões comprovadamente seguras e atualizadas, de forma a reduzir o nível de risco ao qual o objeto do contrato ou a contratante está exposta;
- d) Manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
- e) Facultar acesso a dados pessoais somente para o pessoal autorizado que tenha estrita necessidade e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, ou ao próprio Titular dos dados, devendo tal compromisso estar disponível em caráter permanente para exibição ao Controlador/Contratante, mediante solicitação;
- f) Permitir a realização de auditorias do Controlador/Contratante e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados;
- g) Informar e obter a anuência prévia do Controlador/Contratante sobre a utilização de serviços de terceiros para sustentar ou viabilizar o funcionamento da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para o desenvolvimento das atividades objeto do Contrato;
- h) Apresentar ao Controlador/Contratante, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis;
- i) Auxiliar, em toda providência que estiver ao seu alcance, no atendimento pelo Controlador/Contratante e de obrigações perante Titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- j) Comunicar formalmente e de imediato ao Controlador/Contratante a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções;
- k) Promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do Controlador/Contratante, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato;
- l) Obter, quando necessário, o consentimento dos titulares dos dados sob tratamento, nos termos do art. 8º da Lei nº 13.709/2018;
- m) Abster-se da utilização dos dados pessoais tratados para finalidade diversa da execução dos serviços objeto deste Contrato;
- n) Adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste Contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados;
- o) Responsabilizar-se por prejuízos causados ao Controlador/Contratante em razão de coleta e tratamento inadequados dos dados pessoais compartilhados para as finalidades pretendidas no presente Contrato;

p) Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo Controlador/Contratante;

q) Definir e executar procedimento de descarte seguro dos dados pessoais, que estejam em sua posse, ao encerrar a execução do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida.

Cabe a Contratante:

a) Fornecer, observadas as diretrizes de sua Política Local de Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade, as instruções e condições necessárias ao tratamento dos dados pelo Operador/Contratado;

b) Adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito;

c) Adotar mecanismos transparentes, de fácil compreensão e acesso, que permitam a ciência inequívoca dos titulares dos dados a respeito de sua Política de Privacidade, que deve conter, minimamente, as medidas acima indicadas;

d) Compartilhar com o Operador/Contratado as informações pessoais fornecidas pelos usuários dos serviços públicos por ela prestados, estritamente necessárias à execução do objeto contrato e nos exatos termos definidos em sua Política de Privacidade, após a aceitação dos termos de uso pelo usuário ou seu representante legal, quando for o caso;

e) Definir quais serão os dados pessoais tratados, bem como as finalidades e as formas de tratamento para cada dado coletado;

f) Comunicar à autoridade nacional de proteção de dados e ao titular dos dados a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, após o recebimento da comunicação formal feita pelo Operador;

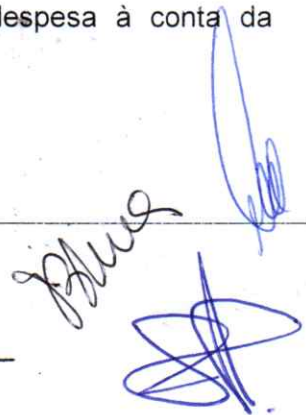
g) Providenciar a eliminação segura dos dados obtidos para a prestação do serviço e compartilhados com o Operador/Contratado, após o término do tratamento, exceto quando necessários ao atendimento das finalidades previstas no art. 16 da Lei Federal nº 13.709/2018, quando estará autorizada a sua conservação;

h) Responsabilizar-se pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que **venham a ser** causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais e das medidas de segurança estabelecidas em sua Política de Privacidade, no processo de compartilhamento dos dados, a menos que reste comprovado que o dano é decorrente de culpa exclusiva do titular dos dados ou de terceiros

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. A publicação deste contrato será efetuada em extrato no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e/ou no Diário Oficial da Pernambuco ocorrendo à respectiva despesa à conta da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DO FORO



18.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o foro da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a se configurar.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente **CONTRATO** foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Recife, 07 de novembro de 2022.

P/CONTRATANTE



JOSÉ BARTOLOMEU MONTEIRO DE LIMA
Diretor-Presidente

P/CONTRATADA



HENRIQUE LUIZ REGIS DE OLIVEIRA,
Representante Legal

GESTÃO/IPA



PAULO JORGE ALVES LINS
Coordenador do Núcleo de Patrimônio

Testemunhas:

1. Gabriel Arcanjo Souza da Silva

NOME:

CPF nº



Gabriel Arcanjo
CPF: 119.695.934-07

2. Charlene Alcântara

NOME:

CPF nº



Charlene Alcântara
CPF: 050.195.354-00
Núcleo Jurídico

NOTA DE EMPENHO

DATA DO EMPENHO:

07/11/2022

NÚMERO:

2022NE003544

FOLHA:

1 / 2

UNIDADE GESTORA EMITENTE: INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO		CNPJ: 10.912.293/0001-37		CÓDIGO UG: 520601	GESTÃO: 22006
CREDOR: H. L. R. DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS			CNPJ: 07.534.706/0001-82		
ENDEREÇO DO CREDOR: R JOSE DA BOMBA N. 61		CIDADE: RECIFE		U.F.: PE	CEP: 50830200
CÓDIGO U.O.: 00501	PROGRAMA DE TRABALHO: 20.544.0030.4074.0649	NAT. DA DESPESA: 4.4.90.52	FONTE: 0101000000	IMPORTÂNCIA: 979.744,00	
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO: NOVECIENTOS E SETENTA E NOVE MIL, SETECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS					
FICHA FINANCEIRA: 2022.520601.22006.0101000000.44000000.402 - EXECUTIVA - Empreend. Estrutur-Apoio Desenv.Agrário					
MODALIDADE DE EMPENHO: 2 - ESTIMATIVO		TIPO DE DESPESA: 1 - NORMAL		Nº DA N.E. DE REFERÊNCIA:	
LICITAÇÃO: 5206012022000677		MODALIDADE DA LICITAÇÃO: 46 - PROCESSO LICITATÓRIO		NÚMERO DO PROTOCOLO:	
CONTRATO: 00828/2022-IPA-520601			CEO: 520601.2022.CEO.000824		
REFERÊNCIA LEGAL LEI FEDERAL Nº 8.666 ART.22 § 1º (LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA)					
CONVÊNIO:					

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO					
JANEIRO:	0,00	FEVEREIRO:	0,00	MARÇO:	0,00
ABRIL:	0,00	MAIO:	0,00	JUNHO:	0,00
JULHO:	0,00	AGOSTO:	0,00	SETEMBRO:	0,00
OUTUBRO:	0,00	NOVEMBRO:	979.744,00	DEZEMBRO:	0,00

ITENS DO EMPENHO							
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ITEM DE GASTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	555087-4	4.4.90.52.40	MOINHO - TIPO MOINHO TRITURADOR FORRAGEIRO COMPLETO, EM AÇO INOX, PARA DESINTEGRAR, MOER, PICAR CAPIM, MILHO, CANA, MANDIOCA, MOTOR ELETRICO COM POTENCIA MINIMA DE 3CV, MINIMO 2 LAMINAS, COM CAVALETE E BASE, MEDINDO 32,00X30, 00X38,00MM (CXLA), ALIMENTACAO ELETRICA MONOFASICA 110/220V E 60HZ- Marca: SM	400,00	UNIDADE	2.449,3600	979.744,00

NOTA DE EMPENHO

DATA DO EMPENHO:

07/11/2022

NÚMERO:

2022NE003544

FOLHA:

2 / 2

OBSERVAÇÃO

SC. 237/2022

LOCALIDADE DE ENTREGA:

AVENIDA GENERAL SAN MARTIN, 1371. RECIFE - PE

TOTAL

979.744,00

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: RINALDO GUEDES DE ARAUJO



Documento assinado digitalmente por: WELLITON JOSE LINS DA SILVA

conforme Decreto Estadual nº 46.837, de 5 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento e as informações da assinatura podem ser conferidas no site:

https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gfu/PRConsultarDocumentoDigital?Doc=2022NE00354452060122006

NOTA DE EMPENHO

DATA DO EMPENHO:

06/12/2022

NÚMERO:

2022NE003827

FOLHA:

1 / 2

UNIDADE GESTORA EMITENTE: INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO			CNPJ: 10.912.293/0001-37		CÓDIGO UG: 520601	GESTÃO: 22006
CREDOR: H. L. R. DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS				CNPJ: 07.534.706/0001-82		
ENDEREÇO DO CREDOR: R JOSE DA BOMBA N. 61			CIDADE: RECIFE		U.F.: PE	CEP: 50830200
CÓDIGO U.O.: 00501	PROGRAMA DE TRABALHO: 20.544.0030.4074.0649	NAT. DA DESPESA: 4.4.90.52		FONTE: 0101000000		IMPORTÂNCIA: 244.936,00
IMPORTÂNCIA POR EXTENSO: DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO MIL, NOVECENTOS E TRINTA E SEIS REAIS						
FICHA FINANCEIRA: 2022.520601.22006.0101000000.44000000.402 - EXECUTIVA - Empreend. Estrutur-Apoio Desenv.Agrário						
MODALIDADE DE EMPENHO: 2 - ESTIMATIVO		TIPO DE DESPESA: 1 - NORMAL		Nº DA N.E. DE REFERÊNCIA:		
LICITAÇÃO: 5206012022000677		MODALIDADE DA LICITAÇÃO: 46 - PROCESSO LICITATÓRIO			NÚMERO DO PROTOCOLO:	
CONTRATO: 00869/2022-IPA-520601				CEO: 520601.2022.CEO.000866		
REFERÊNCIA LEGAL LEI FEDERAL Nº 8.666 ART.22 § 1º (LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA)						
CONVÊNIO:						

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
JANEIRO:		FEVEREIRO:		MARÇO:		ABRIL:	
0,00		0,00		0,00		0,00	
MAIO:		JUNHO:		JULHO:		AGOSTO:	
0,00		0,00		0,00		0,00	
SETEMBRO:		OUTUBRO:		NOVEMBRO:		DEZEMBRO:	
0,00		0,00		0,00		244.936,00	

ITENS DO EMPENHO							
ITEM	CÓDIGO DO ITEM	ITEM DE GASTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	555087-4	4.4.90.52.40	MOINHO - TIPO MOINHO TRITURADOR FORRAGEIRO COMPLETO, EM AÇO INOX, PARA DESINTEGRAR, MOER, PICAR CAPIM, MILHO, CANA, MANDIOCA, MOTOR ELÉTRICO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 3CV, MÍNIMO 2 LAMINAS, COM CAVALETE E BASE, MEDINDO 32,00X30,00X38,00MM (CXLA), ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA MONOFÁSICA 110/220V E 60HZ- Marca: SM	100,00	UNIDADE	2.449,3600	244.936,00

NOTA DE EMPENHO

DATA DO EMPENHO:

06/12/2022

NÚMERO:

2022NE003827

FOLHA:

2 / 2

OBSERVAÇÃO

IMPORT. REF. SC - Nº 271/2022

LOCALIDADE DE ENTREGA:

AVENIDA GENERAL SAN MARTIN, 1371. RECIFE - PE

TOTAL

244.936,00

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: JOFFRE RODRIGO MARQUES FERREIRA



Documento assinado digitalmente por: WELLITON JOSE LINS DA SILVA

conforme Decreto Estadual nº 46.837, de 5 de dezembro de 2018.

A autenticidade do documento e as informações da assinatura podem ser conferidas no site:

https://efisco.sefaz.pe.gov.br/sfi_fin_gfu/PRConsultarDocumentoDigital?Doc=2022NE00382752060122006

RECEBEMOS DE H.L.R DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO EMISSÃO 10/11/2022 VALOR TOTAL DE :489872 DESTINATARIO: INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO		NF-e SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº. 1048

<div>Identificação do emitente</div> <div>H.L.R de Oliveira produtos agrícolas Rua José da Bomba, 61, sala 1 Afogados - CEP 50830-200 - Recife - PE Fone/Fax: (81) 2102-3611 E-mail:hlegis@hotmail.com</div>		<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA 1 - SAÍDA</div> <div>1</div> <div>Nº. 1048 SÉRIE 1</div> <div>-FL1/1</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO</div> <div>2622.1107.5347.0600.0182.5500.1000.0010.4815.7464.5600</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada. BAIXE O ARQUIVO DA NF-e NO PORTAL WWW.VIALOGICANFE.COM.BR</div> <div>PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO</div> <div>126220103136074</div> <div>Data de autorização:10/11/2022 11:44:11</div>
NATUREZA DA OPERAÇÃO			
VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCE			
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTARIO	CNPJ	
032929242		07534706000182	
DESTINATÁRIO/REMETENTE			

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO
INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO			10912293000137		10/11/2022
ENDEREÇO		COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA DA SAÍDA
AV GENERAL SAN MARTIN 1371		.	BONGI	50761000	10/11/2022
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		HORA DE SAÍDA
RECIFE	8131847200	PE	008177910		

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
152.399,18	27.431,85	0,00	0,00	489.872,00	
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	489.872,00



RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 0 - EMIT. / 1 - DEST. 9- SEM FRETE	9	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QTDE / VOLUME	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO		
0				0,000	0,000		

FATURA		
1048	20/11/2022	489872,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/ SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UND	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL	ALIQ ICMS	V.ICMS	ALIQ IPI	V.IPI
33099	MAQ. TRITURADOR 125L 3,0CV MON * CID PRODUTOS LTDA	84361000	020	5102	UN	200	2449,3600	489872,00	18	27431,85	0	0

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	CONTROLE DO FISCO
Pedido: 794 Nº 0	
Total dos impostos pagos R\$ 184.926,68 (37,75%) Fonte: IBPT	
BASE DE CALCULO REDUZIDA DE ACORDO COM CONVENIO ICMS	
NO. 01/00 DE 02 FEVEREIRO	
PAGAMENTO CONTRA EMPENHO Nº 2022NE003544 - OS Nº 237/2022 BANCO DO BRASIL - AG: 1838-4 - C/C: 19805-6	

RECEBEMOS DE H.L.R DE OLIVEIRA PRODUTOS AGRICOLAS OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO EMISSÃO 10/11/2022 VALOR TOTAL DE :489872 DESTINATARIO: INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO		NF-e SÉRIE 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº. 1049

<div>Identificação do emitente</div> <div>H.L.R de Oliveira produtos agrícolas Rua José da Bomba, 61, sala 1 Afogados - CEP 50830-200 - Recife - PE Fone/Fax: (81) 2102-3611 E-mail:hlegis@hotmail.com</div>		<div>DANFE</div> <div>Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica</div> <div>0 - ENTRADA 1 - SAÍDA</div> <div>1</div> <div>Nº. 1049 SÉRIE 1</div> <div>-FL1/1</div>	<div></div> <div>CHAVE DE ACESSO</div> <div>2622.1107.5347.0600.0182.5500.1000.0010.4913.2614.2002</div> <div>Consulta de autenticidade no portal nacional de NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada. BAIXE O ARQUIVO DA NF-e NO PORTAL WWW.VIALOGICANFE.COM.BR</div> <div>PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO</div> <div>126220103136282</div> <div>Data de autorização:10/11/2022 11:44:48</div>
NATUREZA DA OPERAÇÃO			
VENDA DE MERCADORIA ADQUIRIDA OU RECEBIDA DE TERCE			
INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTARIO	CNPJ	
032929242		07534706000182	

DESTINATÁRIO/REMETENTE				NOME/RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO	
				INSTITUTO AGRONOMICO DE PERNAMBUCO		10912293000137		10/11/2022	
ENDEREÇO				COMPLEMENTO		BAIRRO / DISTRITO		CEP	
AV GENERAL SAN MARTIN 1371				.		BONGI		50761000	
MUNICÍPIO				FONE / FAX		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
RECIFE				8131847200		PE		008177910	
								HORA DE SAÍDA	
								10/11/2022	

CÁLCULO DO IMPOSTO					
BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	
152.399,18		27.431,85		0,00	
VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
0,00		0,00		489.872,00	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		VALOR DO IPI	
0,00		0,00		0,00	
DESCONTO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		489.872,00	

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS		RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF	
				0 - EMIT. / 1 - DEST. 9- SEM FRETE		9							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL							
QTDE / VOLUME		ESPÉCIE		MARCA		NUMERAÇÃO		PESO BRUTO		PESO LÍQUIDO			
0								0,000		0,000			

FATURA		
1049	20/11/2022	489872,00

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/ SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UND	QUANTIDADE	V.UNITÁRIO	V.TOTAL	ALIQ ICMS	V.ICMS	ALIQ IPI	V.IPI
33099	MAQ. TRITURADOR 125L 3,0CV MON * CID PRODUTOS LTDA	84361000	020	5102	UN	200	2449,3600	489872,00	18	27431,85	0	0

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	CONTROLE DO FISCO
Pedido: 795 Nº 0	
Total dos impostos pagos R\$ 184.926,68 (37,75%) Fonte: IBPT	
BASE DE CALCULO REDUZIDA DE ACORDO COM CONVENIO ICMS	
NO. 01/00 DE 02 FEVEREIRO	
PAGAMENTO CONTRA EMPENHO Nº 2022NE003544 - OS Nº 237/2022 BANCO DO BRASIL - AG: 1838-4 - C/C: 19805-6	